

O Estado do Amapá e a origem da UNIFAP: projetos de inclusão social

The Amapá state and UNIFAP source: social inclusion projects

Maria Jeanna Sousa dos Santos Oliveira¹

¹ Professora de Matemática do Instituto Federal de São Paulo - IFSP – Campus Cubatão. Especialista em Matemática (UNIFAP/UFPI) e em Gestão Pública (UCDB) Mestre Interdisciplinar nas áreas de Educação, Administração e Comunicação (USM/SP).

RESUMO: Este artigo reporta sobre um breve relato dos primórdios da história do Estado do Amapá e a origem de sua primeira Universidade Federal, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com ênfase na extensão universitária e suas Ações Afirmativas, bem como, alguns dos Projetos e eventos sociais de inclusão desta Instituição de Ensino Superior como: Projetos UNIFAP Pré-Vestibular; Projeto Univercinema; Projeto UNIFAP Digital e o Projeto Universidade da Maturidade.

Palavras-chave: Estado do Amapá. UNIFAP. Extensão Universitária. Inclusão social.

ABSTRACT: This article reports on a brief account of the early history of the State of Amapa and the origin of its first Federal University, the Federal University of Amapa (UNIFAP), with emphasis on university extension and its Affirmative Actions, as well as, some of the projects and social events for inclusion of this Institution of Higher Education as: Projects UNIFAP Pre-Vestibular; Project Univercinema; Project UNIFAP Digital and Design University of Maturity.

Keywords: State of Amapa. UNIFAP. University Extension. social Inclusion.

Sumário: 1 Introdução - 2 O Estado do Amapá - 3 A Universidade Federal do Amapá - UNIFAP - 4 Extensão Universitária - 5 Ações afirmativas da UNIFAP: Projetos de Inclusão social - 5.1 O Sentido das ações de extensão - 5.2 Programas, projetos e eventos (2010/2011) - 5.3 – Programas de Ação Comunitária (em destaque) - 5.3.1 Projetos UNIFAP Pré-Vestibular (UPV) - 5.3.2 Projeto Univercinema - 5.3.3 Projeto UNIFAP Digital - 5.3.4 Projeto Universidade da Maturidade (UMAP) - 6 Considerações Finais - Referências.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho abrange a originalidade e caracterização da história e do espaço do Estado do Amapá, além de uma análise sobre o Ensino Superior à luz dos pilares estruturais e políticos, divisando a evolução de tal cenário. Para tanto, expõe que o ideal da educação por um determinado tempo foi educar o homem para a civilização, mas que nos atuais tempos, conforme a sociedade se transformou, a educação passou a ter o objetivo de formar e fortalecer a condição da cidadania como plena qualidade da existência humana. Esse tema sugere

uma reflexão que se encaminha à definição de um espaço cultural peculiar no estado brasileiro.

Nesse cenário, surge o ensino superior no estado do Amapá, por meio da iniciativa de interiorização da Universidade Federal do Pará (UFPA). O objetivo foi à necessidade de atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 5.692, promulgada em 11 de agosto de 1971, que promoveu alterações na estrutura organizacional da educação brasileira.

O trabalho de pesquisa foi realizado em Macapá, capital do Estado do Amapá, tendo evidenciado *in loco* vários acontecimentos. A capital foi escolhida como local de pesquisa por concentrar as Instituições de Ensino Superior. Para desenvolver a pesquisa foram levantados e analisados os projetos de inclusão implantados na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), cuja finalidade era avaliar o alcance dessa ação extensiva da inclusão na região.

A metodologia desta investigação fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental, envolvendo técnicas que foram relacionadas entre si, como: coleta de documentos em diversos órgãos institucionais e da sociedade civil; levantamentos de documentos como livros, artigos em periódicos, dissertações e teses sobre o ensino superior no Amapá; busca ao arquivo de documentos e textos produzidos internamente, envolvendo projeto de convênios tais como: decretos, leis, pareceres, regimento e exposição de motivos; entrevistas semiestruturadas com os coordenadores e/ou responsáveis pelas Pró-reitorias e pelos projetos, tendo como base os pressupostos da História Oral.

Para realização das questões propostas pela pesquisa, o texto está assim organizado: inicialmente, buscou-se mostrar que, entre conflitos históricos na definição das fronteiras territoriais, o estado conseguiu construir um contexto próprio de valores para os seus habitantes. Em seguida se analisou a pesquisa documental e de campo referente ao Ensino Superior no Estado do Amapá e a sua primeira Universidade Federal. Nesta análise, apresentou-se a história da UNIFAP, criada em 1990.

O embrião da UNIFAP foi o Núcleo de Educação da UFPA, que foi instalado em Macapá em 1971. Analisando-se, também o processo de reconstrução do início da história da criação da UNIFAP, valendo-se, basicamente, da técnica da história oral. Dessa maneira, buscou-se o depoimento da professora Maria Alves de Sá, que participou direta e indiretamente do início da escrita da história da UNIFAP.

Desse modo, ainda que o foco seja no modo como se deu a implantação da UNIFAP e seus Projetos de Inclusão Sociais, foi necessário remontar à história da primeira Coordenadora do Núcleo de Educação (denominação dada ao Campus Avançado da UFPA, em Macapá, 1971/1990) e primeira Reitora Pró-Tempore da UNIFAP, Professora Maria Alves de Sá.

Além de relatar as lembranças da entrevistada e apontar as adversidades enfrentadas, registramos a história de vida da primeira mulher a representar uma instituição de ensino federal como Coordenadora e, mais tarde, ocupar o cargo de reitora Pró-Tempore da UNIFAP. Por fim, compreender o que significou a participação dessa paraense nesse processo para a vida: pessoal, profissional, política e como cidadã amapaense; reconhecer nessa expe-

riência um espaço privilegiado para a participação do desenvolvimento e formação acadêmica futura do estado do Amapá; verificar a contribuição que a implantação desse nível de ensino proporcionou ao atual Estado.

Os dois últimos itens foram responsáveis pela apresentação da pesquisa de campo referente ao papel dos Projetos de Inclusão Social. Realizou-se um estudo sobre os primeiros registros oficiais sobre Extensão Universitária que constam no Estatuto da Universidade Brasileira. Apresentaram-se os programas ligados à Extensão Universitária da UNIFAP, como: os de assistência estudantil (Pró-Estudante Alimentação; Pró-Estudante Cinegrafia; Pró-Estudante Fotocópia; Pró-Estudante Idiomas; Pró-Estudante Inclusão Digital; Pró-Estudante Látex; Pró-Estudante Monografia; Pró-Estudante Natação; Pró-Estudante Transporte Urbano e Pró-Estudante Transporte Interurbano; o Pró-Estudante Auxílio Moradia).

Bem como alguns programas, projetos e eventos que ainda estão sendo desenvolvidos na instituição. E os Programas de Ação Comunitária, que também foram objetos de análise deste estudo; Projeto UNIFAP Pré-Vestibular; Projeto Univercinema; Projeto UNIFAP Digital; e Projeto Universidade da Maturidade (UMAP).

2 O ESTADO DO AMAPÁ

A ocupação do espaço amapaense foi marcada por intervenções políticas para coibir a invasão estrangeira e proteger o território conquistado pela coroa portuguesa. Nesse sentido, compreende-se o processo histórico pelas fases que marcaram o processo de transformação socioespacial e a dinâmica econômica e ambiental do Amapá.

A primeira fase, o chamado período colonial, iniciou-se no século XVII. A metrópole portuguesa, na defesa do espaço amazônico, intensificou o processo de fortificação para proteção da área. No entanto, por meio da Província do Estado do Grão Pará e Maranhão, em 1758, foi construída a Fortaleza de São José de Macapá, obra que marcou o primeiro núcleo urbano na região, a Vila de São José de Macapá. Em 1770, foi elevada à categoria de Vila e hoje é o município de Macapá.

A segunda fase está vinculada ao litígio Brasil e França, no início do século XIX (1901), que intensificou o conflito da terra denominada Aricari (área do rio Oiapoque correspondente ao rio Araguari). O conflito ocorreu pelo fato de a área dispor de um rico potencial de ouro. Em 22 de outubro desse mesmo ano, foi criado, por meio do decreto nº 798, o município de Amapá, com a denominação de Montenegro, pelo então governador do Estado do Pará.

A terceira fase é marcada por dois processos: um aconteceu pela federalização, com a criação do Território Federal do Amapá, pelo Decreto Lei nº 5.812, em 13 de setembro de 1943; outro pelo processo econômico seguinte, decorrente da instalação da Indústria, Comércio e Mineração S.A. (ICOMI) em 1953. Os municípios de Oiapoque e Calçoene foram constituídos em 1945 e 1956, respectivamente.

O período mais recente, considerada a quarta e última fase, está ligado à promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, quando ocorreu a descentralização das a-

ções. Com isso os antigos territórios federais passaram a ter autonomia político-administrativa, pelo processo de estadualização e municipalização. Nesse período foi definida a estrutura atual, com a criação dos municípios de Santana, Laranjal do Jarí, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho. Depois, surgiram, Porto Grande, Serra do Navio, Itaubal, Pedra Branca do Amapari, Cutias, Pracúba, e finalmente em 1994 o município de Vitória do Jari.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

O ensino superior no Amapá, mais precisamente em Macapá, teve início com a instalação do Núcleo de Educação em Macapá/NEM, vinculada a UFPA, denominação dada ao Campus avançado da UFPA na Capital do Estado, no período de 1971 a 1990. A finalidade dessa Unidade avançada era preparar docentes no campo superior, para atender à reforma da LDB, Lei nº. 5.692/71, a qual dava nova estrutura ao projeto de ensino no Brasil, segundo relato da Professora Maria Alves de Sá, Coordenadora do NEM e primeira Reitora Pró-Tempore da UNIFAP.

O Núcleo de Educação da UFPA, em Macapá, era vinculado ao Centro de Educação da UFPA. É dirigido por um (a) Coordenador (a) diretamente subordinado (a) ao Diretor do Centro de Educação, por este escolhido (a) e nomeado (a) pelo Reitor da UFPA. Em 1971, por meio de sua Pró-reitoria de Extensão, o NEM/UFPA ofertou cerca de 500 vagas. Os primeiros cursos implantados tinham habilitação para o Magistério (Licenciatura Curta), em seguida, ofertava-se a Complementação do curso.

Somente na década de 190, é que foram ofertados os cursos de Licenciatura Plena, abrangendo diversas áreas. O espaço físico do Núcleo era composto de três blocos de salas de aula (cada bloco possuía quatro salas) e um bloco onde funcionava a parte administrativa. Era mantido por convênio entre o Governo do Território do Amapá (manutenção financeira) e a UFPA (responsabilidade técnica).

Na época, foi criado um Conselho de implantação da UNIFAP, composto pelos seguintes membros: Professora Maria Alves de Sá (Presidente); Professor José Seixas Lourenço; Dra. Núbia David Macedo (Ministério da Educação); Empresário Pierre Alcolumbre; Professor Eli Vilmar Moro; Professora Maria José Costa da Silva; Professor Paulo César da Silva Gonçalves e Dra. Nelma Rocha Barbosa.

A Professora Maria Alves de Sá ressaltou que a escolha de seu nome para exercer o cargo de Reitora Pró-Tempore da UNIFAP não teve influência político partidária, pois nunca foi vinculada a qualquer sigla partidária. Conforme seu depoimento, dois fatos concorreram para tal escolha, primeiro: já militava, há mais de duas décadas, na área de ensino de 2º grau e segundo, exercia, paralelamente, a função de Coordenadora do Núcleo de Educação, em Macapá. Seu tempo de gestão como Reitora Pró-Tempore/UNIFAP foi de aproximadamente dois anos (março de 1990 a maio de 1992). Após esse período, solicitou aposentadoria da função de funcionária pública federal.

A UNIFAP, vinculada ao Ministério da Educação foi criada como Fundação Pública, sem fins lucrativos e integrantes da Administração Federal Indireta, com base no Decreto nº

98.997, de 2 de março de 1990, publicado no DOU nº 43 (5/3/1990), nos termos da Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986. Sua implantação ocorreu em 1991. Em 1990, teve seu Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial 858/90, Parecer 649/90, publicado na Documenta MRC nº 35.

É uma instituição de ensino superior mantida pela União. Possui *campus-sede*, localizado na cidade de Macapá, capital do Estado, no extremo norte do Brasil, instalado na Rodovia Juscelino Kubitschek, km 02, no Bairro Jardim Marco Zero, ficando próximo ao Estádio de Futebol Zerão e ao monumento Marco Zero do Equador.

4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Os primeiros registros oficiais sobre Extensão Universitária aparecem no Estatuto da Universidade Brasileira, conforme o Decreto-Lei nº 19.851, de 1931, e na LDB nº 4.024, de 1961, restabelecidos na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência. Em 1968, foi sancionada a Lei nº 5.540, que tratava da Reforma Universitária, tornando a extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades, como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade.

A sociedade civil criou forças durante os anos de 1980, para debater sobre um novo paradigma para a universidade brasileira, relacionando a sociedade e o papel da extensão. Com isso, em reunião na Universidade de Brasília (UnB), foi criado, em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), manifestando o novo conceito, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Em 1988, foi aprovado, na Constituição, o princípio da indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão.

O FORPROEX é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. Com direito a voz e voto, seus membros natos são os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior.

O Fórum é dirigido por uma Coordenação Nacional, composta por um presidente, um vice-presidente e coordenadores regionais (norte, nordeste, sudeste, sul e centro oeste), e a eleição é anual. O FORPROEX conceituou a Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, afirmando que

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um tra-

balho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Coleção Extensão Universitária, nº 4, 2006, p. 21).

Assim, os programas puderam tornar-se um meio político de mobilização de populações em função de exigências e prioridades com uma direção de inclusão cultural. A análise em documentos da UNIFAP foi possível perceber que a Instituição procura atender às demandas da comunidade local e de seu entorno. Para isso, é necessário que haja influência recíproca da demanda social com os cursos de graduação, buscando sempre alternativas que visem à melhoria dos problemas das populações mais carentes e necessitadas de apoio, tanto na parte educacional como na discussão de políticas públicas.

O Plano de Extensão da UNIFAP tem como objetivo principal buscar um novo rumo para suas atividades e a contribuição para uma mudança significativa da realidade amapaense, tornando-se referência na formulação de programas e projetos que alcancem parcelas significativas da sociedade. A universidade continua a ser a única instituição que permite o encontro, a articulação e o diálogo crítico e livre entre distintos saberes e modos de conhecer. Atualmente, a nova universidade tem um novo contrato social, viabilizado por meio da Extensão Universitária, onde atua de forma mais contundente e impactante nas resoluções de outras demandas sociais que não somente a formação profissional por meio da graduação e/ou pós-graduação.

A Extensão Universitária passou a compor a UNIFAP no ano de 1991, cujas atividades de extensão são administradas pela Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC) e pelo Departamento de Extensão (DEX). O papel da PROEAC, de acordo com o estatuto da UNIFAP, está voltado para o direcionamento das políticas públicas, seja por meio das ações dos programas da Universidade, seja pela política de captação de recursos, que objetivam fortalecer as ações extensionistas na medida em que se estabelecem as vias de sua institucionalização.

5 AÇÕES AFIRMATIVAS DA UNIFAP: PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL

5.1 O Sentido das Ações de Extensão

Para se estabelecer a que linha programática as ações extensionistas estão atreladas, é necessário entender o que é concebido atualmente como Extensão nas universidades. Nesse aspecto, os documentos da PROEAC informam que as ações de extensão na UNIFAP podem ser de seis naturezas: programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço, publicações e outros produtos acadêmicos.

Apesar de cada ação poder ser realizada separadamente, o modelo ideal de ações extensionistas, preconizado pelo Fórum de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, determina que as ações estejam profundamente interligadas, isto é, que sejam realizadas por meio de programas, compostos de vários projetos de áreas afins e que, como parte de suas atividades, realizem cursos, eventos e/ou prestação de serviços. A PROEAC/UNIFAP operacionaliza o Programa de Assistência Estudantil da UNIFAP (PAE) – PRÓ-ESTUDANTE

[...] apoiado pelo Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis– DACE e o Departamento de Extensão–DEX, proporcionando fatores elementares para o êxito acadêmico dos estudantes em situação de hipossuficiência financeira por meio de ações específicas, como por exemplo, o Pró-Estudante (Edital nº 4, PROEAC/UNIFAP, 26/1/2010).

Dentre as ações de assistência estudantil do Pró-Estudante, destacam-se: Pró-Estudante Alimentação; Pró-Estudante Cinegrafia; Pró-Estudante Fotocópia; Pró-Estudante Idiomas; Pró-Estudante Inclusão Digital; Pró-Estudante Látex; Pró-Estudante Monografia; Pró-Estudante Natação; Pró-Estudante Transporte Urbano e Pró-Estudante Transporte Interurbano; e Pró-Estudante Auxílio Moradia.

A Extensão Universitária na UNIFAP teve aumento crescente nos últimos seis anos, quando a PROGRAD deixou de ser Pró-Reitoria de Graduação, Extensão e Interiorização e passou a ser apenas Graduação. O orçamento foi crescendo gradativamente e com Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as políticas de financiamento de Projetos do Ministério da Educação e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a extensão universitária destacou-se ainda mais. A PROEAC conta com a parceria de Ementas Parlamentares Federais de alguns representantes políticos do Estado.

5.2 Programas, projetos e eventos - 2010/2011

Os Projetos de Extensão Universitária realizados em 2002 que beneficiaram diretamente cerca de 3.000 pessoas foram: Promovendo a educação ambiental na ressaca do Beírol (Macapá); Atendimento alternativo (profilaxia e/ou tratamento da anemia ferropriva) às crianças menores de cinco anos (Centro de Saúde em Santana); e Microscopia e Diagnóstico da Malária para Indígena.

Em 2003, foram quatro os Projetos destinados às ações de extensão: Crescimento Saudável; Olimpíada Amapaense de Química; Atenção à Hipertensão Arterial; e Diversidade de Universidade (conhecido como Pré- Vestibular para negros). A comunidade confinante recebeu atendimento com serviços laboratoriais (exames). A policlínica da UNIFAP passou a disponibilizar, a partir de 2004, os serviços de vacinação, consultas (Ginecologia/ Obstetrícia Clínica Médica e Pediatria) e exames de sangue, fezes, urina, gravidez, ABO, PCR e V.D.R.L.

Em 2010, foram registrados 18.549 participantes em eventos desenvolvidos por área temática assim distribuída: Comunicação (22); Cultura (789); Direitos Humanos e Justiça (4.768); Educação (7.122); Meio Ambiente (1.534); Saúde (2.892); Tecnologia e Produção (352) e Trabalho (569). De acordo com o Relatório de Atividades/2010, o número de grupos de pesquisa vem crescendo nos últimos anos. Atualmente existem 53 grupos cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Em 2010, a Unidade Básica de Saúde (UBS) destacou-se também com relação às ações comunitárias. Dentre elas, podemos citar: consultas (médicas, odontológicas, enferma-

gem, e outros) e seus procedimentos; visitas domiciliares; vacinas e outros. A UBS implantou programas de saúde pública ao atendimento de clientela diversificada sob gerência administrativa dos cursos de saúde da UNIFAP.

Esses programas garantem cuidados multidisciplinares aos usuários do serviço, capta recursos destinados à saúde, com vistas à execução de convênios, promovem ações de saúde (lógica educativa e preventiva) em parceria com órgãos governamentais e não governamentais. Além de elaborar e executar por meio de núcleos de pesquisa, que contemplem medidas preventivas e assistenciais, observando a Política Nacional de Saúde.

Os programas adaptam-se ao diagnóstico local e que envolva a comunidade acadêmica e não acadêmica, cria redes de parcerias com o objetivo de celebrar convênios para a execução de projetos, estabelece estratégias para manutenção e conservação da estrutura necessária ao pleno funcionamento dos serviços de saúde disponíveis na UNIFAP, além de elaborar proposta de recrutamento e qualificação de recursos humanos necessários para o funcionamento dos serviços de saúde disponíveis na UNIFAP.

5.3 Programas de Ação Comunitária (em destaque)

Em seguida pretende-se dar continuidade ao tema sobre a inclusão social na UNIFAP, por meio da análise de alguns projetos de ação comunitária, já citados anteriormente. Trata-se de iniciativas realizadas a partir de 2002, com objetivos comprometidos com a comunidade amapaense.

5.3.1 Projetos UNIFAP Pré-Vestibular (UPV)

O Projeto Pré-Vestibular foi instituído em 2002, com o nome de Cursinho Pré-Vestibular para Negros, pessoas economicamente carentes e praticantes de cultos afrodescendentes (CPV–Negros), sendo os responsáveis os professores Mariana Gonçalves, Arthur Leandro, Alexsara Maciel, Márcia Jardim e o representante do Movimento Afrodescendente do Amapá (MOCAMBO), Paulo Axé.

O Projeto foi um dos vencedores do Concurso Políticas Públicas da Cor na Educação Brasileira, promovido pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de onde obteve financiamento em 2002 e 2003 da Fundação Ford. De início, o Projeto contou com algumas parceiras como: UNIFAP, Federação dos Cultos Afro-Brasileiros do Amapá (FECAB) e MOCAMBO.

Após os dois anos de financiamento pela Fundação Ford, a UNIFAP implantou o Projeto CPV-Negros em seu calendário de atividade extensionista com recursos próprios. O Pré-Vestibular visa a possibilitar o ingresso ao Ensino Superior, com noções de direitos humanos e identidade afro-brasileira, no intuito de desencadear uma prática reflexiva do seu papel como produtor de conhecimento na sociedade, além de criar condições para a produção de monografias sobre as temáticas que norteiam as atividades desenvolvidas pelo pré-vestibular e estimular o retorno dos egressos do projeto como professores de turmas futuras.

5.3.2 Projeto Univercinema

O Univercinema trabalha com a Difusão da sétima arte por meio de vídeos (exibições, oficinas e produções). Tem como objetivo proporcionar acesso a bens culturais audiovisuais bem como fornece ferramentas para a produção de vídeos com as mãos nativas desses lugares, com seus olhares e impressões. O Projeto justifica-se pela carência de salas de cinema gratuitas e pelo grande consumo de produtos audiovisuais fora da realidade amazônica.

A metodologia trabalhada é mediante exposições (cineclubismo), oficinas e palestras. De acordo com informações do Coordenador, a duração do projeto é, até então, de cinco anos. A equipe está trabalhando a fim de regularizá-lo e enquadrá-lo como um programa de extensão. O acompanhamento do projeto é feito por meio de relatórios bimestrais Cine Mais Cultura, relatórios mensais Pró-Cinegrafia e relatórios semestrais e anuais DEX/PROEAC. Ao final do curso, os certificados só são entregues aos alunos mediante apresentação de relatórios dissertativos.

As atividades são realizadas no Laboratório do Departamento de Informática (DINFO), na sala de capacitação de Recursos Humanos (RH), na Galeria de Artes Visuais, sala do Projeto, em salas de aula, em escolas e onde mais for conveniente. São ofertadas vagas para o ano todo e, de acordo com a demanda, os alunos são distribuídos em diversas turmas.

5.3.3 Projeto UNIFAP Digital

No Brasil, a inclusão digital que vem sendo praticada tem abordado, em sua maioria, somente a necessidade de fazer com que o cidadão aprenda a usar as tecnologias com o objetivo de inseri-lo no mercado de trabalho. A Sociedade da Informação no Brasil, denominada de Livro Verde considera que, para alcançar a inclusão digital da maioria da população brasileira, é necessária uma política de universalidade do acesso à *Internet*.

Porém, acesso não significa apenas conexão física e acesso ao *hardware*, ou melhor, não é o acesso à tecnologia que promoverá a inclusão, mas sim a forma como essa tecnologia vai atender às necessidades sociais das comunidades locais, com uma apropriação crítica, pois o papel mais importante do processo de inclusão digital deve ser a sua utilidade social.

O Projeto UNIFAP Digital está institucionalizado como Projeto de Extensão, junto à PROEAC para fluxo contínuo, com duas ofertas anuais. Pretende formar 150 alunos por semestre, num total de 300 alunos por ano. A primeira turma teve início em outubro de 2010 (início do Curso) e se formou em fevereiro de 2011. A iniciativa de criar o Projeto UNIFAP Digital ordena-se pela demanda social em aprender a utilizar o computador como ferramenta de estudo e trabalho.

Entende-se que, a partir do contato com os alunos (calouros) da UNIFAP, responsáveis pelas aulas, o público diferenciado, excluído, poderia verse engajado no processo de aprendizagem digital. O UNIFAP Digital tem como objetivo incluir digitalmente as pessoas da comunidade amapaense que hoje se encontram excluídas do mercado de trabalho ou do uso

das ferramentas, por nunca terem tido contato e/ou a oportunidade de estudar em um curso de informática.

Esse projeto se justifica por permitir aos alunos (instrutores) da UNIFAP oportunidade em adquirir experiência de lecionar e ministrar aulas, além da perspectiva de contato com a realidade de outras pessoas excluídas digitalmente. Acrescenta-se a chance de atender e alcançar a população amapaense que anseia por formação no uso das tecnologias.

5.3.4 Projeto Universidade da Maturidade (UMAP)

A UMAP é um Projeto de Extensão Universitária, que visa disponibilizar ações educacionais, culturais e sociais em atenção às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. No primeiro momento, o Projeto ofertou 80 vagas, mas devido à grande procura, houve um aumento de mais 20, totalizando para 100 vagas (com duas turmas de 50). Quatro vagas foram destinadas a cadeirantes.

O curso foi realizado no período vespertino e as aulas ministradas no campus Marco Zero do Equador/UNIFAP. A primeira turma formada pela UMAP teve início em janeiro/2010 com término em junho/2011 (15 meses). O curso foi subdividido em três ciclos, com dois recessos de férias de um mês cada. Nesse período foram oferecidas, além da grade curricular básica prevista no projeto, disciplinas e oficinas que visassem à inclusão, qualificação e aperfeiçoamento do saber do idoso, bem como práticas para consciência corporal, desenvolvimento pessoal e social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de uma temática multidisciplinar, onde se podem relacionar costumes e vivências com a sociedade, tornou-se viável a abordagem do tema, pois a educação está em todo lugar. O presente estudo teve como objetivo compreender como ocorreu a implantação do ensino superior no Estado do Amapá, registrando características significativas, tanto na trajetória em cenários educacionais, quanto sociais e históricos.

Fez-se necessário a busca por documentos históricos que nos levassem a conhecer mais profundamente a história e a educação em nosso Estado, principalmente relacionado ao ensino superior. Observou-se a escassez referente a registros relacionados ao tema, dificultando um pouco a citação de dados imprescindíveis à realização da pesquisa.

A criação da UNIFAP trouxe para o Estado do Amapá uma qualificada mão de obra, mesmo não suprimindo todas as áreas de formação acadêmica. Além disso, tem proporcionado à comunidade oportunidade de se ter um ensino de qualidade no Estado, ao preparar jovens acadêmicos que pretendem dar continuidade em seus estudos.

Atualmente, a maioria dos jovens amapaenses não necessitam mais migrar para outros Estados no intuito de obter uma graduação, a não ser que a área procurada não tenha no Estado. Na análise documental, verificou-se também, que os diversos setores que compõem a comunidade acadêmica na UNIFAP, ou seja, corpos docente, discente e técnico-administrativos, foram imprescindíveis para elaboração e desenvolvimento dos Projetos Sociais, quanto à inclusão dos discentes e comunidade em geral.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Augusto Ferreira do. História de Mazagão. Edição/reimpressão: 1989. Publicações Alfa, 1989.
- ANSELMÍ, Renato Vanderlei. Amazônia: Uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Ícone. 2006.
- ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: Educação e cidadania. São Paulo: Cortez, 1987.
- BARBOSA, Coaracy Sobreira. Personagens Ilustres do Amapá. Macapá: Departamento de Imprensa Oficial. 1997. BASTOS, A. de M. Uma excursão ao Amapá. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- BEMVENUTI, Vera L. S. Da intenção ao gesto: a extensão universitária como prática acadêmica na perspectiva da construção do conhecimento novo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2002.
- _____. Extensão universitária: momentos históricos de sua institucionalização. Vivências, Erechim. v. 1, Ano 1, nº 2, p. 8-17. Maio, 2006.
- BIBLIOTECA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Relatório de Gestão da UNIFAP, 2006/2007.
- BUFFA, Ester. Educação e cidadania, In: BUFFA, Ester et al. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 1998. CARVALHO, João Rênor Ferreira de. Momentos de história da Amazônia. Imperatriz: Editora Ética, 1998.
- COSTA, D. D. Construindo a História do Amapá. Macapá: Imprensa Oficial, 1985.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Moderna, 1998. FONAPRACE. Plano Nacional de Assistência Estudantil. 2001.
- FREIRE, Paulo. Pedagogía del oprimido. 8. edición. Siglo XXI. Argentina Editores S.A. 1972.
- GOMES, Flávio dos Santos. Nas terras do Cabo Norte: Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária / UFPa, 1999.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da Educação Brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
- LA ROQUE, J. P. de. Viagem ao Amapá. Rio de Janeiro: IB-GE, 1950. MEIRA, S. Fronteira sangrenta: heróis do Amapá. Rio de Janeiro: Luna, 1975.
- MORAIS, Paulo Dias. História do Amapá: O passado é o espelho do presente. Macapá: JM Editora Gráfica. 2010.
- _____. Povos indígenas do Amapá. Macapá: JM Editora Gráfica, 2009.
- MORAIS, Paulo Dias; DIAS, Jurandir. O Amapá em perspectiva. Macapá: JM Editora Gráfica, 2005.
- MORAIS, Paulo Dias et al. O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao Laudo Suíço. JM Editora Gráfica, 2003.
- MORAIS, Paulo Dias *et al.* Amapá: de capitania a território. Macapá: JM Editora Gráfica, 1999.
- NETO, Miranda. O dilema da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.
- PEIXOTO, José Adão. Filosofia, Educação e Cidadania. Alínea. 2010.

- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998 a.
- PICANÇO, Vidal Estácio. Informações sobre a história do Amapá (1500- 1900). Macapá: Imprensa Oficial. 1981.
- PINSKY, Jaime e Carla Bassanezi. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2008.
- RAIOL, Osvaldino da Silva. A utopia da terra na fronteira da Amazônia: a geografia e o conflito pela posse da terra do Amapá. Macapá: Editora Gráfica O Dia Ltda, 1992.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro: Cia. Americana, 1972. REIS, Arthur Cezar Ferreira. Território do Amapá: perfil histórico. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1949.
- RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO GOVERNO DO AMAPÁ EM 1994. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. História da Educação no Brasil. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. História da Educação no Brasil. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. História da Educação no Brasil (1930/1973). 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ROSÁRIO, Ivoneide Santos do et alii. O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao laudo suíço. Macapá: JM Editora Gráfica, 2003.
- SANTOS, A. C. R. dos. Geografia do Amapá: a re (produção) do espaço amapaense e seus contrastes. Macapá: Gráfica RI-GON, 2003b.
- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. História do Amapá. Macapá: Valcan, 1994.
- SANTOS, Gislene A. Universidade, formação, cidadania. São Paulo: Cortez, 2001.
- SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. *In*: MAN-CEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.
- SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito. Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9.394/96. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- TOSTES, José Alberto. Planos Diretores no Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá, 2006. VIANA, Arthur. Pontos de história do Pará. Belém: ed. Gráfica Amazônica, 1919.

Artigo recebido em 30 de janeiro de 2016.

Aprovado em 10 de março de 2016.